

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA- UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDRÉIA NAYANE INÁCIO DA COSTA

**A COOPERATIVA DE CRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO SISTEMA
CREDITAG NO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA – RO.**

Trabalho De Conclusão De Curso

Artigo

CACOAL/RO
2011

**A COOPERATIVA DE CRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO SISTEMA
CREDITAG NO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA – RO.**

Por:

ANDRÉIA NAYANE INÁCIO DA COSTA

**Trabalho apresentado a Universidade federal
de Rondônia – UNIR – campus de Cacoal como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel do curso de ciências contábeis,
elaborado sob a orientação do professor Esp.
Charles Carminati de Lima.**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Artigo intitulado “A cooperativa de crédito no desenvolvimento da agricultura familiar: um estudo de caso no sistema CREDITAG no município de Ministro Andreazza – RO.” elaborado pelo (a) acadêmico (a) Andréia Nayane Inácio da Costa foi avaliado pela banca examinadora formada por:

Prof. Esp. Charles Carminati de Lima
Presidente

Prof. Ms. Suzenir Aguiar da Silva Sato
Membro

Prof. Ms. Adriano Tumeleiro
Membro

Média

**Cacoal – RO
2011**

A COOPERATIVA DE CRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO SISTEMA CREDITAG NO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA – RO.

Andréia Nayane Inácio da Costa¹

RESUMO: O presente material propõe-se a apresentar a importância da obtenção do microcrédito na agricultura familiar, para seu crescimento e desenvolvimento destacando assim algumas necessidades de aperfeiçoamento nesse ramo de atividade para o desenvolvimento econômico no Brasil. Ao analisar de uma forma geral, a agricultura familiar identifica-se que os objetivos dos créditos oferecidos aos pequenos agricultores devem ampliar o acesso dos tomadores, expandirem a renda rural, reduzir a pobreza ao menor custo possível para a sociedade, financiando seus maquinários e seus suplementos para produção, auxiliando também na educação para conseguirem melhor aperfeiçoamento de seus produtos e obter lucro na venda de seus produtos. Para chegar a essas conclusões foi utilizado um estudo bibliográfico e aplicação de formulários com questões fechadas e entrevistas junto aos produtores referenciais na cidade de Ministro Andreazza/RO com a finalidade de identificar o crescimento o acesso a crédito e o crescimento da produtividade na propriedade rural da agricultura familiar, tendo como referência de colaboração para o desenvolvimento nesse ramo de atividade agrícola o sistema cooperativo CREDITAG que é uma cooperativa de crédito rural da agricultura familiar de economia solidária, constituídas e administradas por agricultores familiares que tem como missão fortalecer e estimular a produção desse ramo de atividade e promover a educação financeira dos trabalhadores rurais com estímulos a poupança e crédito visando o desenvolvimento local sustentável e solidário com melhoria da qualidade de vida no campo.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Microcrédito. Desenvolvimento Rural. Cooperativa.

INTRODUÇÃO

O tema proposto é: A cooperativa de crédito no desenvolvimento da agricultura familiar: um estudo de caso no sistema CREDITAG no município de Ministro Andreazza–RO.

A agricultura familiar no Brasil é de suma importância para a economia, desenvolvimento e infra-estrutura, analisando-se a nível estadual e municipal, o microcrédito assume um importante papel no crescimento da agricultura familiar. Porém é preciso que os pequenos produtores recebam apoio governamental ou de entidades visando o crescimento da

¹ Graduanda do 8º período do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – campus de Cacoal –e-mail: anic_apl@hotmail.com. Orientador Prof. Esp. Charles Carminati de Lima.

atividade. Mas, para ocorrer qualquer investimento é necessário obter conhecimento sobre o setor. As informações sobre agricultura familiar são reduzidas e na sua maioria sem consistência. Assim, dificulta muito a probabilidade de acerto nas ações governamentais, visando o seu crescimento.

Vários municípios do Brasil têm registros dessas pequenas propriedades, mas não dispõe de todas as informações necessárias para a implantação de mecanismo apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

Com o surgimento do Sistema de Crédito (CREDITAG) cujo objetivo principal prevê financiar a atividade rural e o custeio dos investimentos na produção voltados para agricultura familiar, deseja-se saber qual o impacto da tomada desse crédito no desenvolvimento da atividade rural no estado de Rondônia.

Este trabalho tem como objetivo geral estudar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento agrícola, bem como o impacto do microcrédito voltado a agricultura familiar, tendo como base uma pesquisa de campo no sistema cooperativo CREDITAG. Tem como objetivo específico, pesquisar a contribuição da agricultura familiar no desenvolvimento econômico nacional e estadual, bem como caracterizar as particularidades no enquadramento de agricultura familiar; Estudar o Sistema CREDITAG/RO como proposta de alternativa na melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor da agricultura familiar; Estabelecer comparativo entre as vantagens e/ou facilidades no acesso ao crédito, nas taxas de juros e no parcelamento pelo Sistema CREDITAG e outros programas governamentais existentes;

O crédito oferecido pelas instituições financeiras, geralmente são para grandes agricultores, deixando assim o médio e pequeno agricultor, somente com os incentivos governamentais, que envolve toda uma burocracia e uma demora efetivamente relativa no desenvolvimento desse setor.

O microcrédito democratiza o acesso ao crédito fundamental para vida moderna do qual grande parte dos brasileiros estão excluídos. A disponibilidade de crédito para empreendedores de baixa renda, capaz de torná-lo em riquezas para eles próprios e para o país faz do microcrédito parte importante das políticas de desenvolvimento.

A pesquisa proposta justifica-se pela grande contribuição da agricultura familiar no desenvolvimento econômico do estado de Rondônia. A CREDITAG oferece facilidade nas operações de crédito apoiando assim as pequenas propriedades rurais evitando o êxodo rural e conseqüentemente a diminuição do alto nível de desemprego e outros fatores determinantes oriundos da área urbana. O método científico utilizado foi o Método Dedutivo que

resumidamente segundo Junkes e Santos (2008) consiste na análise geral do problema para o particular e dessa forma chegar à conclusão, atendo-se à pesquisa bibliográfica.

Quanto à natureza foi utilizado o método de pesquisa aplicada, utilizando formulários com questões fechadas, entrevistas junto aos produtores cooperados da CREDITAG em Ministro Andreazza. A pesquisa terá caráter exploratório, elaborando-se um estudo de caso como meio de evidenciar o resultado do impacto do crédito na atividade rural enquadrada como agricultura familiar, conhecendo os aspectos importantes e peculiares do comportamento deste segmento no desenvolvimento a partir da tomada do crédito.

1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Conforme relata Souza (1995) a agricultura familiar no Brasil vem se destacando e chamando atenção devido ao seu alto nível de desenvolvimento e a economia brasileira já conta com esse ramo de atividade como subsídio de desenvolvimento tanto rural como urbano. O autor também firma que a agricultura no Brasil é de suma importância para o desenvolvimento da economia principalmente em regiões periféricas, as gerações de emprego, a comercialização de diversificados alimentos, auxiliam na sustentabilidade e no crescimento econômico das famílias.

Portugal (2002) Considera a agricultura familiar um seguimento importante na economia brasileira devido sua grande contribuição no aspecto produtivo; segundo o autor, a chamada agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos. Defendendo sua idéia Portugal (2002) complementa dizendo que na maioria das vezes esses produtores são analfabetos ou com baixo nível de escolaridade e a agricultura permite que eles tenham uma fonte de renda para sua sustentabilidade e manutenção de sua propriedade.

A agricultura familiar esta ligada diretamente ao desenvolvimento econômico no Brasil, segundo Portugal (2004), pois além de oferecer os alimentos para os trabalhadores, gera emprego e fonte de renda para agricultores de baixo nível de escolaridade auxiliando assim no desenvolvimento da economia rural do país. Embora as porcentagens territoriais pareçam baixas, sua produtividade tem um índice muito relevante, mostrando assim, que com pouca terra pode ser produzido muito e com isso se tem uma contribuição econômica relativamente significativa para o país.

1.1 HISTÓRIA E DEFINIÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para se conhecer a agricultura familiar segundo Araújo (2005) tem-se que voltar no início das civilizações, onde através da agricultura o homem deixou de ser dependente de recursos que somente a natureza os oferecia e passou a cultivar seus alimentos e se fixar em suas próprias terras, pois até descobrirem a agricultura a criação doméstica, armazenagem e o sistema de trocas de mercadorias, entre bandos se instalava e a coleta, a caça e a pesca, que eram fáceis no início, ficavam cada vez mais difíceis e distantes, até um momento em que as dificuldades para obtenção de alimentos se tornavam tão grandes que os obrigavam a mudar sempre de lugar, sem fixação de longo prazo. Desta forma segundo o autor, com o passar dos tempos, descobriram que as sementes das plantas, devidamente lançadas ao solo, podiam germinar, crescer e frutificar e animais podiam ser domesticados e criados em cativeiro. Alguns fatores econômicos e históricos condicionaram por muito tempo as propriedades rurais, ou mesmo comunidades, a sobreviver praticamente isoladas ou a ser auto-suficientes.

Dando seguimento a essa evolução Siliprandi (2002) destaca a fundação da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), em Minas Gerais, em 1948, outras instituições de extensão rural foram criadas em todo o Brasil, seguindo um modelo difundido pelo governo norte-americano, já em 1995, criou-se a ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural) no Rio Grande do Sul, além da ACARESC, em Santa Catarina, e da ACARPA, no Paraná. Em 1956, foi criada a ABCAR, em âmbito nacional, a qual as associações estaduais se filiaram. Deste período até o início dos anos 60, as famílias e as comunidades era o foco das ações de extensão. A extensão era desenvolvida por um técnico em Ciências Agrárias e uma mulher capacitada a atuar no campo da “economia doméstica”. O objetivo da extensão, estabelecido a partir de enfoques teóricos sobre o desenvolvimento rural, era diminuir a pobreza rural, vista como decorrência da ignorância e da resistência às que supostamente caracterizariam os agricultores.

Em Julho de 2006, com o decreto da lei 11.326, cujo objetivo esta na regulamentação de uma economia movimentada pela agricultura familiar. Conforme o artigo 3º da referida lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

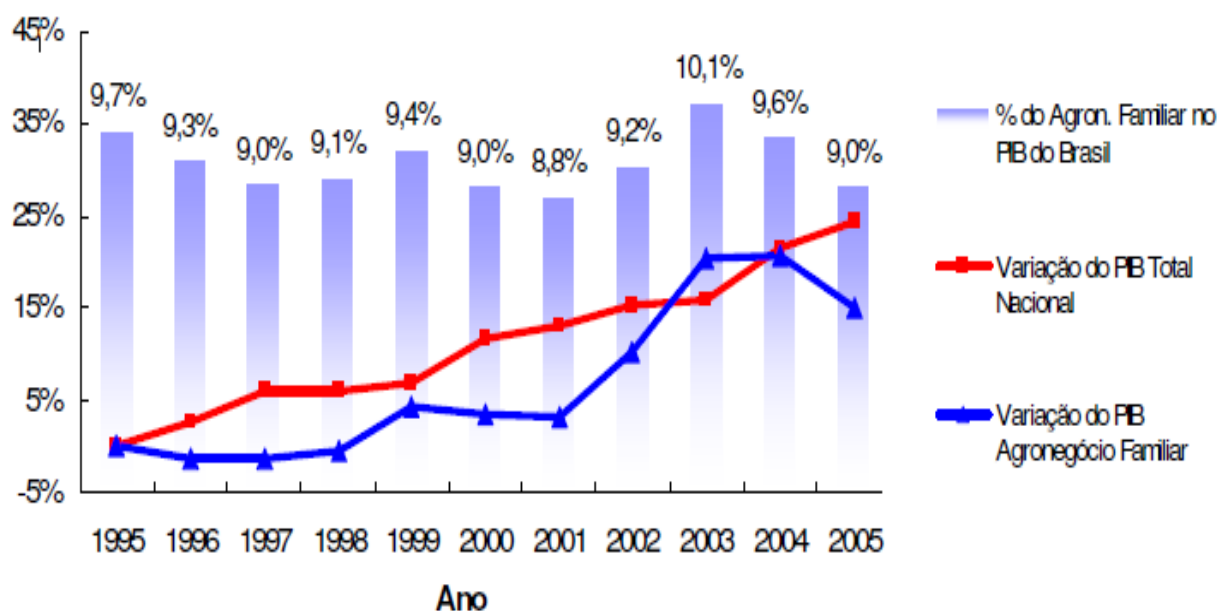
IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Após a criação desta lei e regularização da atividade, o agricultor rural passa a ser visto de outra forma, e começa a Ser tratado com mais credibilidade, a ponto de ter linhas de crédito próprio para o setor.

1.2 A AGRICULTURA FAMILIAR NA ECONOMIA NACIONAL.

Como forma de evidenciar a importância da agricultura familiar no Brasil, o segmento familiar da agricultura brasileira, ainda que muito heterogêneo, responde por expressiva parcela da produção agropecuária e do produto gerado pelo agronegócio brasileiro, devido ao seu inter-relacionamento com importantes segmentos da economia. Observa-se abaixo a contribuição do agronegócio familiar no PIB brasileiro.

Figura 1. Evolução do PIB do Brasil e do agronegócio familiar, com sua respectiva participação total nacional, entre 1995 a 2005.



Fonte: Guilhoto; et al, (2007)

Guilhoto, et al. (2007) evidencia que entre 1995 a 2005, o segmento familiar do agronegócio brasileiro respondeu por cerca de 10% do PIB, parcela bastante expressiva, considerando que a participação do agronegócio situa-se ao redor de 30% do PIB da economia

brasileira. Enquanto o PIB do Brasil teve um crescimento acumulado de quase 24% atingindo ao redor de 1,9 trilhões de reais, em 2005, porém a evolução do agronegócio familiar foi inferior, com um aumento de pouco mais de 15%. Entre 2001 a 2003, a ascensão do agronegócio familiar superou a média nacional, mas seu crescimento desacelerou em 2004, sendo que em 2005, observou-se uma queda na produção, não apenas do setor familiar, mas de todo o complexo agropecuário em razão da apreciação do câmbio, dos problemas climáticos em importantes regiões produtoras e dos problemas sanitários ocorridos na pecuária.

Guilhoto, et al. (2007) compara a agricultura familiar com a pecuária, destacando que nos dois tipos de negócio (familiar e patronal) o PIB associado à agricultura é maior, mas no caso da familiar, o setor pecuário é mais participativo, devido à forte presença da avicultura, suinocultura e bovinocultura brasileira.

O Censo Agropecuário (2006) aponta a importância da agricultura família na economia brasileira. Embora ocupe apenas 24,3% da área total destinada à produção, a agricultura familiar responde por 38% da renda bruta gerada no meio rural e ocupa 74,4% do pessoal que trabalha no campo. O Censo Agropecuário 2006 também apontou que a agricultura familiar é responsável pela produção da maior parte dos alimentos que chegam diariamente à mesa dos brasileiros assim como o feijão e a mandioca que estão com uma produção acima de 69% da produção bruta gerada no país, já partindo para a produção animal, o leite está com 58% da produção geral do país as aves com 50% , suínos com 59% e bovinos com 30% .

Conforme contribuição de Olalde (2004) o modelo “produtivista”, é necessário no aumento da produção e da produtividade, orientado para as funções da agricultura como fornecedora de alimentos baratos, matérias primas e diversas, tem cedido lugar a ótica da multifuncionalidade.

Olalde (2004) ainda destaca que o termo multifuncionalidade é muito polêmico por ter sido utilizado pela União Européia para justificar a manutenção dos subsídios agrícolas. A agricultura se apresenta não apenas como fornecedoras de bens, senão também de serviços tangíveis e intangíveis, como serviços ambientais e procura responder também a certas aspirações simbólicas da sociedade, como a preservação da paisagem e da cultura local. Além disso, a agricultura familiar esta associada á dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação á agricultura patronal, normalmente associada à monocultura.

De uma forma geral, ao analisar a agricultura familiar dentro de um parâmetro de desenvolvimento econômico no país, pode-se observar que mesmo com uma diminuição de área distribuída para esse setor, há um crescente aumento de grupos familiares que leva ao crescimento produtivo a ponto de fazer com que em alguns ramos de produção a agricultura familiar se destaque ficando acima da agricultura patronal.

2 O MICROCRÉDITO COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO

Considerando os fatores históricos do surgimento do microcrédito e sua finalidade Ferraz; et al. (2008) apresenta o microcrédito como o resultado da experiência de um professor universitário de Bangladesh, Muhammad Yunus, que na década de 1970, sensibilizou-se com a situação de pobreza e miserabilidade da população local, principalmente, as mulheres, mães de família que, para alimentar seus filhos, necessitavam de centavos para financiar o seu negócio, o artesanato e, na falta de outra possibilidade, recorriam a intermediários "agiotas", que cobravam juros altos, mantendo, e, muitas vezes, agravando sua miséria. Em consequência a essa situação Yunus criou um banco para realizar empréstimos de pequeno valor para pessoas de baixa renda.

2.1 DEFINIÇÃO DE MICROCRÉDITO

Faz-se importante a compreensão da definição do microcrédito no segmento rural, Soares e Sobrinho (2008) definem microcrédito como: “Todos os serviços financeiros para micro empreendedores.” O autor ainda complementa que tais serviços não financiam consumo, pois o foco se dá à produção.

Definindo também o microcrédito Barone et al. (2002) contribui com a definição afirmando que o microcrédito é a concessão de empréstimo de baixo valor a pequenos empreendedores informais e micro empresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem condições de oferecer garantias reais.

Outra definição para microcrédito e sua atividade é dada por Monzoni Neto e Mario Prestes (2006). “A atividade de microcrédito, contudo, é definida como aquela que, no

contexto das micro finanças, se dedica a conceder crédito de pequeno montante e distingue-se dos demais tipos de empréstimo essencialmente pela metodologia utilizada” ou seja, ela é comumente entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância que tem junto às políticas públicas de redução da miséria e geração de renda.

Barone et al. (2002) defende que as metodologias do microcrédito consistem na concessão assistida do crédito, o contrário do que acontece no sistema financeiro tradicional, onde para obter empréstimos o cliente vai até o banco, já nas instituições de microcrédito o agente de crédito vão até o local onde o candidato ao crédito exerce suas atividades produtivas para avaliar as necessidades e as condições de seu empreendimento, bem como as possibilidades de pagamento. Após a aprovação de crédito, a evolução do negócio é acompanhada pela instituição que analisou a operação. Outra diferença do crédito tradicional para o microcrédito é a garantia oferecida, no crédito tradicional exige-se uma garantia real, já no microcrédito essa garantia pode ser substituída por garantia de aval, ou seja, o tomador do crédito, indica um avalista/fiador que será o segundo responsável pela dívida.

Segundo Bittencourt (2009) se tratando de desenvolvimento o microcrédito e a microfinança auxiliam de forma direta o governo no desenvolvimento econômico assim como o governo as auxiliam em sua ampliação tendo como base facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre os microempreendedores formais e informais, visando à geração de trabalho e renda, facilitar e ampliar o acesso aos serviços financeiros (conta corrente, poupança, seguros, créditos) pela população de baixa renda, garantindo maior cidadania, ampliar o número e a participação das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro, reduzir a informalidade e as taxas de juros nos financiamentos.

Barone et al. (2002) enfatiza que o microcrédito democratiza o acesso ao crédito, fundamental para a vida moderna do qual grande parte dos brasileiros estão excluídos. A disponibilidade de crédito para população de baixa renda proporciona um grande desenvolvimento pessoal e com isso dá um impulso na economia do país, com aumento de produtividade e geração de emprego.

O impacto do microcrédito no desenvolvimento é positivo segundo Barone (2002) porém não é mensurável, mas suas conquistas já são identificadas, os tomadores de crédito conseguem ter melhor condição habitacional, saúde alimentar, enfim com o desenvolvimento financeiro proporcionado pela concessão do microcrédito as pessoas conseguem ter melhor qualidade de vida. Atualmente o microcrédito é concedido no Brasil de várias formas, a principal é através do poder público o qual tem programas voltados diretamente para o

tomador do microcrédito através de bancos oficiais com carteiras especializadas. Outras instituições que oferecem o microcrédito são as instituições financeiras com e sem fins lucrativos, nas quais obtém incentivos do governo e são supervisionadas pelo banco central.

Se tratando de programas de crédito para o pequeno produtor rural oferecido pelo governo, Gomes e Ferreira (2006) contribuem com a informação sobre o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Instituído em 1995 pelo governo federal e atualmente sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário o PRONAF foi criado com as seguintes características: Créditos para custeio e investimento para produtores rurais que apresentem a declaração de aptidão ao programa, com taxa de juros de 16% ao ano, já em 2004 houve a inclusão de novas linhas de financiamento, como o PRONAF mulher, PRONAF jovem e PRONAF grupo “E”. A partir de 2004, relata Gomes e Ferreira (2006) o acesso ao crédito ficou imediatamente facilitado, pois o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, buscando democratizar tal adesão, credenciou diversas entidades representativas dessa agremiação de trabalhadores para oferecer-lhes o documento que lhes habilitaria ao financiamento denominado DAP- (Declaração de Aptidão ao PRONAF).

Portanto, dentro do contexto de acesso ao crédito aos pequenos produtores a linha de crédito aberta aos estabelecimentos familiares tem a finalidade de suprir a necessidade de capital durante o ciclo produtivo, chamado de custeio da produção, bem como a necessidade de capital para o investimento necessário na terra que tenha como função viabilizar a manutenção, a expansão e a competitividade dos produtores objetos da exploração agropecuária pela unidade familiar.

2.2 O MICROCRÉDITO E A AGRICULTURA FAMILIAR.

O microcrédito é uma forma eficaz de se obter bons resultados com pequenos empreendedores, seja urbano ou rural. Se tratando do setor rural, um dos pontos positivos é extremamente relevante, pois com a utilização certa do recurso para geração de renda evita o êxodo rural, ao qual conseqüentemente, auxilia na administração urbana, evitando uma grande concentração de população nas cidades.

Conforme Tenório (2010), Os agricultores familiares estão passando por uma situação difícil devido à escassez de recursos públicos e tecnologia ao grupo.

Furtado (2004) evidencia a dificuldade que a população do estado do Espírito Santo vem passando devido ao êxodo rural, dificultando não só a vida no campo, mas também nas

cidades, isso devido ao baixo investimento do governo na agricultura, principalmente na familiar, que são as mais privadas de outros recursos.

Tenório (2010) enfatiza índices assustadores de analfabetismo entre os agricultores e enfatiza que para um melhor desenvolvimento dessa área é necessário uma política de educação coletiva, e investir recursos na criação de cooperativas que comprariam os insumos e forneceriam o acesso ao crédito, regularia o uso conjunto dos recursos.

Segundo Barone et al. (2002) o microcrédito é de suma importância no desenvolvimento da economia do país e de certa forma também para o setor da agricultura familiar, que vem se destacando por ser constituída pela população de classe “baixa” e necessitar de investimentos e não terem acesso ao crédito comum, e um investimento insuficiente governamental, saem a busca de outros recursos para sobrevivência de seu setor.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) destinou, entre 2003 e 2009, mais de R\$ 2 bilhões para financiar a compra de terras por trabalhadores rurais. Neste período, o crédito concedido pelo Governo Federal possibilitou o acesso a terra e os primeiros investimentos em infra-estrutura comunitária e produtiva (energia elétrica, construção de casas, estradas e abastecimento de água). Ao se analisar a dificuldade encontrada na agricultura familiar identifica-se a real necessidade de um segmento de crédito e a importância da intervenção do governo no oferecimento desse crédito para esse setor, que por sua vez auxilia de forma expressiva na economia e na estruturação urbana, o microcrédito, serve de fonte alternativa para esse desenvolvimento, já que ele é uma das formas com um acesso mais curto e com menos burocracia para a classe econômica mais “baixa” que dependem de recursos para geração de novas fontes de renda.

2.2.1 Os recursos para financiamento da agricultura familiar no Brasil.

Toneto jr. e gremaud (2002) destacam a importância do financiamento rural e seus principais objetivos. A agricultura familiar no Brasil é um ramo de atividade relevante para a economia. Porém encontra muita dificuldade para progredir devido às restrições atribuídas no setor na hora da tomada de crédito, com o surgimento de programas do governo incentivando as entidades financeiras particulares a oferecer créditos para esse setor facilita no desenvolvimento e crescimento agrícola desses produtos.

Concernente a respeito da importância do crédito para o desenvolvimento da produção, Conceição (2005, p. 42) Relata.

O caminho percorrido nesta seção, aliado à premissa de que o crédito é um fator de produção relevante, leva a uma última conclusão: o microcrédito é ferramenta adequada e importante para a implementação de políticas públicas municipais de desenvolvimento. Mais ainda, considerando, a despeito da demanda existente, que é incipiente a oferta de microcrédito, sobretudo por entidades privadas, torna-se fundamental que esta alavanca esteja inserida, contemplada no bojo da formulação de políticas de desenvolvimento local.

Frisa-se no site do Pronaf (2010) o fortalecimento da idéia de que a grande oportunidade do setor da agricultura familiar crescer é com o investimento nessa área, a partir de programas que injetam recursos para os produtores investirem no seu desenvolvimento sócio econômico, dessa forma identifica-se a real necessidade do setor para economia do país, e mostra os investimentos obtidos para envio de recursos para os produtores através do microcrédito Rural destinado aos agricultores de mais baixa renda, que permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida.

Ainda concernente ao PRONAF, faz-se importante citar que este financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O acesso ao PRONAF inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

Quadro 1. Crescimento das contratações do microcrédito e do montante de recursos disponibilizados aos agricultores através do PRONAF nos períodos de 1999 a 2008.

Ano	99/00	01	03/04	05/06	06/07	07/08	Ampliação	Ampliação %
Abrangência	3.403	4.539	X	X	X	X	1.100 Mun.	33%
Abrangência	X	X	X	5.363	X	X	1960 Mun.	
Abrangência	X	X	X	X	X	5.379	1.976 Mun.	58%
Montante Bilhões	3,3	X	X	X	X	X	R\$ 2,178	X
Montante Bilhões	X	X	5,4	X	X	X	R\$ 4,482	65%
Montante Bilhões	X	X	X	X	10	X	R\$ 8,4	205%

Fonte: PRONAF (Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar)

As contratações do Crédito – PRONAF apresentam crescimento sustentado ao longo dos anos. Em 1999/2000, o PRONAF abrangia 3.403 municípios, passando para 4.539 no ano seguinte, o que representou um aumento de 33% na cobertura de municípios, ou seja, a ampliação de mais de 1.100 municípios em apenas um ano.

A ampliação de municípios atendidos continuou em cada ano agrícola, sendo que em 2005/2006 houve a inserção de quase 1.960 municípios em relação a 1999/2000.

Em 2007/2008, foram atendidos 5.379 municípios, o que representou um crescimento de 58% em relação a 1999/2000, com a inserção de 1.976 municípios.

O montante disponibilizado aos agricultores também cresceu. Em 1999/2000, foram disponibilizados pouco menos de R\$ 3,3 bilhões com uma execução de 66%. Em 2006/2007, o montante disponibilizado para financiamento do Pronaf chegou a R\$ 10 bilhões, representando um crescimento em relação a 1999/2000 de 205% e com uma taxa de execução de 84%.

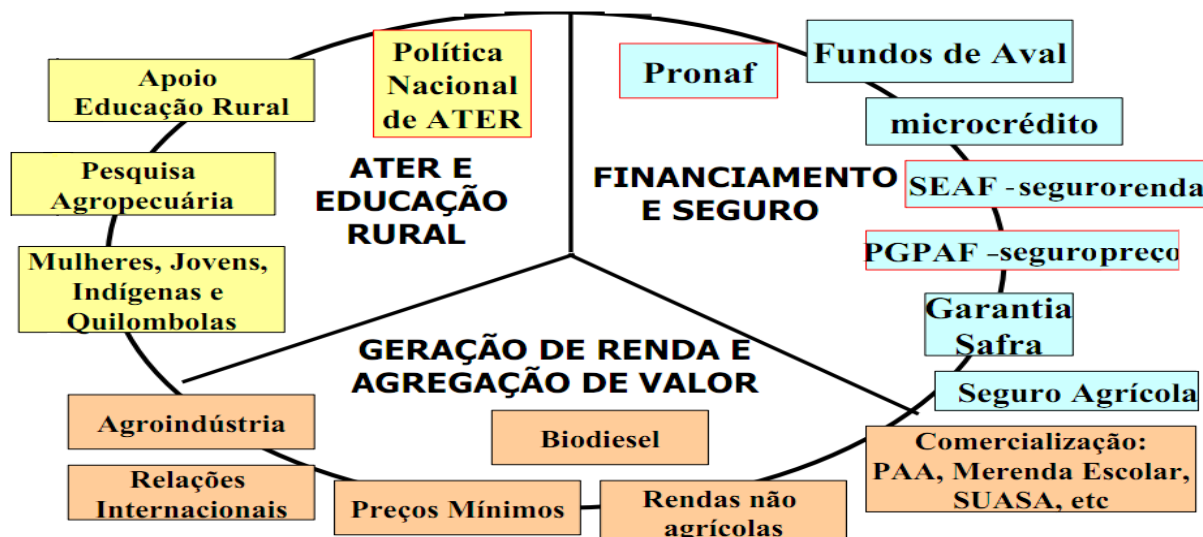
2.2.2 As políticas públicas de inclusão social para a agricultura familiar no Brasil.

Barone e Zouain (2002) esclarecem que política pública são a forma de inclusão social e combate à pobreza, tendo o governo federal como indutor e ator mais relevante, fazendo com que o microcrédito e a micro finança, aja de forma com que ocorra a inclusão social, e diminua a desigualdade de renda entre a população brasileira, levando assim o acesso ao crédito a quem não teria esse direito.

Como evidencia na figura abaixo, o Brasil vem desenvolvendo políticas públicas de inclusão social para pequenos agricultores. Onde dentro delas se encaixa a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) a qual dá apoio a educação rural, a pesquisas agropecuárias e incentiva mulheres, jovens, indígenas e quilombolas; tem também em sua estrutura financiamento e seguro, ao qual encontramos o PRONAF, Fundo de aval, Microcrédito, SEAF- seguro renda, PGPAF- seguro preço, Garantia safra, Seguro agrícola; e por último, mas com a mesma importância tem-se a geração de renda e agregação de valor, que por sua vez tem o objetivo de auxiliar o biodiesel, as agroindústrias, relações internacionais, preços mínimos, rendas não agrícolas, comercialização: PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), Merenda escolar, SUASA (Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária), etc. Essas políticas adotadas pelo governo de certa forma auxiliam diretamente no desenvolvimento das propriedades rurais e de seus agricultores, levando educação, crédito e

renda para uma população que teria um acesso mais restrito a essas modalidades sem o seu apoio.

Figura 2. Estrutura de políticas públicas para desenvolvimento social de pequenos agricultores.



Fonte: SEAB (Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná)

Segundo a análise de Barone e Zouain (2002) a disponibilidade de crédito para empreendedores de baixa renda, capazes de transformá-lo em riquezas para eles próprios e para o país, pode-se dizer que o microcrédito é parte importante das políticas de desenvolvimento do país. Seu impacto positivo nas situações de pobreza é amplamente reconhecido, embora seja difícil identificar exatamente a grandeza desses benefícios. O apoio a modelos alternativos de geração de ocupação e renda para o segmento mais pobre da população, firmando-se como elemento importante de estratégias destinadas a enfrentar a pobreza e a exclusão social.

3 O SISTEMA NACIONAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DA AGRICULTURA FAMILIAR (CREDITAG)

Se tratando de uma cooperativa de crédito a própria CREDITAG com seus princípios cooperativistas, destaca a origem do cooperativismo.

Contag (2003) contribui que as cooperativas surgiram em Rochdale (Inglaterra), no ano de 1844 através da revolução industrial com o objetivo de ajudar os operários que estavam vivendo na miséria enquanto as fábricas prosperavam. Elas foram criadas com intuito de ajuda mutua de seus participantes e fornecer condições de vida mais favoráveis através de uma cooperativa de consumo.

Pinheiro (2008) relata a história do surgimento da cooperativa de crédito no mundo e no Brasil. A primeira cooperativa, fundada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen foi em 1864, chamava-se “Heddesdorfer Darlehnskassenverein” (Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf). Um prussiano, Herman Schulze, foi o pioneiro no que tange às cooperativas de crédito urbanas, em 1856, organizou sua primeira “associação de dinheiro antecipado”, uma cooperativa de crédito na cidade alemã de Delitzsch. Já no Brasil conforme a primeira cooperativa de crédito foi constituída, em 28 de dezembro de 1902, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis (RS): a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, posteriormente batizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis.

3.1 CONCEITOS E OBJETIVOS DO SISTEMA CREDITAG

Contag (2003) relata que o Sistema CREDITAG – (cooperativa de credito rural dos trabalhadores da agricultura familiar) trata-se de um novo sistema de cooperativas de crédito rural a nível nacional. Este sistema nasceu com uma grande rede de apoio no país. São entidades parceiras desse sistema a CONTAG (Confederação dos trabalhadores na agricultura), as FETAGs (Federações estaduais dos trabalhadores na agricultura) e os STRs (Sindicatos dos trabalhadores na Agricultura).

Além destas instituições do MSTTR muitas organizações apóiam esta iniciativa como: O MDA (Ministério do desenvolvimento agrário), prefeituras e câmeras de vereadores nos diversos municípios de atuação das cooperativas, Associação e cooperativas de produção da agricultura familiar e outras entidades vinculadas ao setor e evidencia o CREDITAG como cooperativa de crédito rural da agricultura familiar e economia solidária, instituições financeiras autorizadas pelo banco central do Brasil, constituídas e administradas por agricultores/as familiares, articuladas com organizações sociais, filiadas a união nacional das cooperativas da agricultura familiar e econômica solidária – UNICAFES e associação nacional do cooperativismo de crédito da economia familiar e solidária – ANCOSOL.

Creditag (2011) explica que o sistema CREDITAG é um conjunto de cooperativas de crédito presentes em 08 estados brasileiros que desde 2003 vem contribuindo na melhoria de vida dos trabalhadores rurais, por meio dos serviços bancários, como: empréstimos, aplicações financeiras, conta corrente, talonário de cheque, cartão de crédito e débito, seguros, etc. de forma mais acessível e segura e sua missão é fortalecer e estimular a produção da agricultura familiar e promover a educação financeira dos trabalhadores/as rurais com estímulos a poupança e crédito visando o desenvolvimento local sustentável e solidário com melhoria da qualidade de vida no campo, tendo como objetivos fortalecer a agricultura familiar por meio de créditos oferecidos com taxas de juros menores, promoverem a inclusão bancária dos pequenos trabalhadores rurais e lhes oferecer diversos serviços, promoverem o desenvolvimento das comunidades, tendo como foco a valorização dos trabalhadores rurais.

3.2 PÚBLICO ALVO ATINGIDO PELO SISTEMA CREDITAG.

O público alvo que pode se associar a CREDITG São: Pessoas Físicas e Jurídicas, inclusive aquelas sem fins lucrativos e também Empregados das entidades cooperadas e da cooperativa, familiares dos cooperados, que possuam até 4 módulos rurais, A adesão a cooperativa é de livre e voluntária vontade do agricultor, O público que pode ser cooperado das cooperativas são trabalhadores, aposentados e pensionistas rurais, como também entidades, organizações e empresas que os atende, como: associações, cooperativas, comunidades religiosas, sindicato, casas agropecuárias, laticínios, dentre outras. Caberá a cooperativa analisar se o futuro associado se enquadra nas exigências feitas pelo Banco Central do Brasil, e de seu estatuto social. Creditag (2011)

3.3 LINHAS DE EMPRÉSTIMO E JUROS PRATICADOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme dados de Creditag (2009) as cooperativas do sistema CREDITAG trabalham com recursos próprios e tem suas próprias linhas de empréstimos, buscando atender os cooperados nas necessidades de ter uma boa qualidade de vida. Segue abaixo as linhas de empréstimos oferecidas com recursos próprios:

A) Custeio Agropecuário – crédito para custear atividades agrícolas e pecuárias assim como compra de fertilizantes, adubos, defensivos, ração e sal com prazo de pagamento em até 12 meses mais 6 meses de carência, com juros de 2.32% a.m e um limite de crédito de R\$ 5.000,00.

B) Moradia – crédito para aquisição de material para construção e reforma de casa prazo de pagamento em 12 meses mais 06 meses de carência, com juros de 2.11% a.m e um limite de crédito de R\$ 5.000,00.

C) C.A.C- crédito pessoal – crédito de livre aplicação com prazo de 12 meses, com juro de 3.52% a.m e um limite de crédito de R\$ 5.000,00.

D) Bem estar Familiar – crédito para aquisição de móveis e eletrodomésticos prazo de pagamento em até 12 meses, com juros de 2.53% a.m e um limite de crédito de R\$ 5.000,00

E) Cheque Especial – crédito para limite em conta, com juros de 6.21% a.m com limite de crédito de R\$ 500,00

F) Desconto de Título – crédito de livre aplicação com prazo de 02 meses, com juro de 3.21% a.m e um limite de crédito de R\$ 1.000,00

Conforme dados de CREDITAG (2011) mostra as novas linhas de empréstimo com recursos próprios e também os créditos oferecidos com recursos do PRONAF o qual atende a linha de custeio e investimento com variações nos valores e nas taxas de juro, como pode ser observado no quadro seguinte (safra 2010/2011):

Quadro 2. PRONAF Custeio e Investimento, valores máximos financiados e taxas de juros cobrados.

CUSTEIO

Valor financiado	Taxa de juros
Ate R\$ 10.000,00	1,5% a.a
De R\$ 10.000, a R\$ 20.000,	3,0% a.a
De R\$ 20.000, a R\$ 50.000,	4,5% a.a

INVESTIMENTO

Valor financiado	Taxa de juros
Ate R\$ 10.000,00	1,0% a.a
De R\$ 10.000, a R\$ 20.000,	2,0% a.a
De R\$ 20.000, a R\$ 50.000,	4,0% a.a

Fonte: CREDITAG 2011.

A cooperativa financia também pelo PRONAF mais alimento. O programa foi reforçado no plano Safra 2010/2011 se tornando uma linha de crédito permanente. O limite de financiamento de projetos individuais foi ampliado para R\$ 130 mil reais foi instituído projeto

coletivo que pode financiar até R\$ 500 mil reais, a taxa de juros é de 2% ao ano, carência de até 03 anos para começar a pagar e prazo de até 10 anos para pagamento do financiamento.

4 ABRANGÊNCIA DO CREDITAG NO BRASIL E NO ESTADO DE RONDÔNIA

O sistema CREDITAG é um sistema de cooperativas de crédito rural composto por 29 cooperativas singulares e 06 centrais de serviços. Está em análise no banco central do Brasil 13 projetos de novas cooperativas, e mais 03 centrais de serviços estão em processo de constituição. O sistema atualmente atua em 08 estados: Bahia, espírito santo, Goiás, minas gerais, mato grosso, Pernambuco, são Paulo e Rondônia. Também foi criada a coordenação nacional do sistema CREDITAG com representante dos 8 estados de atuação. A cooperativa base de serviços da agricultura familiar e economia solidária de Rondônia-CREDITAG-base RO é um instrumento baseado na concepção do SISCOP, constituído a partir das ações da federação dos trabalhadores na agricultura de Rondônia-FETAG/RO e de seus sindicatos filiados. O sistema atualmente congrega cooperativas de crédito rural e cooperativas de produção, presentes em três municípios do estado de Rondônia. Creditag-base/RO (2009)

4.1 COOPERATIVAS E COOPERADOS ABRANGIDOS PELO SISTEMA CREDITAG NO BRASIL E NO ESTADO DE RONDÔNIA.

O crescimento do sistema de uma forma geral no país. O sistema CREDITAG vem crescendo de maneira satisfatória, observa-se que no período de constituição da CREDITAG no Brasil em 2005 até 2008 houve um aumento de 22 cooperativas e um crescimento de 3,683% no quadro social das mesmas, mostrando assim que além dos empregos indiretos que as cooperativas conseguem ao oferecer crédito aos produtores, elas também acabam aumentando diretamente o quadro de funcionários para atender seus cooperados, no qual auxiliam na geração de renda familiar já que seus funcionários, diretores e outros são produtores da agricultura familiar. Creditag (2009)

As cooperativas do sistema CREDITAG no estado foram constituídas no início de 2009, tendo um grande avanço. Já no período de junho de 2009 a dezembro de 2010 houve um aumento de 804 cooperados, superando a marca de 100% de aumento e também teve um

aumento significativo em suas unidades de atendimento sendo que em junho de 2009 havia três cooperativas e em dezembro de 2010 cinco cooperativas já tinham sido inauguradas, conforme dados da Creditag (2011) para uma melhor compreensão da atuação do sistema no estado de Rondônia destacam-se alguns pontos relevantes nos municípios de atuação:

A CREDITAG Andreazza tem abrangência nos municípios de Ministro Andreazza, Cacoal e Rolim de Moura. A cooperativa foi constituída em janeiro de 2009 com 30 agricultores familiares e fechou o ano de 2010 com um numero de 373 cooperados e uma movimentação financeira que superou R\$ 27.000.000,00 (vinte sete milhões de reais).

A CREDITAG Ji-Paraná abrange os municípios de Ji-Paraná, presidente Médici e Urupá. A cooperativa foi constituída com 32 agricultores (as) familiares em fevereiro de 2009 e em dezembro de 2010 já possuía 443 cooperados e uma movimentação financeira desde sua fundação que superou R\$ 27.000.000,00 (vinte sete milhões de reais).

A CREDITAG Jaru tem abrangência nos municípios de Jaru, Governador Jorge Teixeira e Theobroma. A cooperativa foi constituída com 30 agricultores (as) familiares em fevereiro de 2009 e em dezembro de 2010 possuía 362 cooperados e uma movimentação financeira neste período superior a R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais).

As cooperativas de crédito rural CREDITG no estado de Rondônia foram constituídas no início de 2009, e seu crescimento já é visível, o que mostra solidez e credibilidade de um sistema que atua a mais de 7 anos no Brasil.

4.2 EVOLUÇÃO DO CAPITAL DA CREDITAG INVESTIDO NA AGRICULTURA FAMILIAR.

Com o passar dos anos a cooperativa obteve mais credibilidade no país tendo um aumento tanto nos depósitos a vista e a prazo quanto na integralização de capital social superior a 100%. Isso refletira posteriormente em benefícios para seus associados, que gradativamente vão adquirindo recursos para obtenção de empréstimos com recursos próprios, baixando assim as taxas de juros e podendo também prolongar os prazos de pagamento, destacando que no estado de Rondônia o capital social obteve uma considerável evolução tornando assim mais fácil a evolução dos empréstimos com recursos próprios. Em julho de 2009 o capital social de seus cooperados era equivalente a R\$ 365.182,00, já em dezembro de 2010 esse capital estava em torno de R\$ 1.915.744,00, já os empréstimos com recursos próprios da cooperativa em julho de 2009 equivalia a R\$ 84.173,00 e em dezembro de 2010

estava em R\$ 1.036.978,00. O sistema está preocupado diretamente com seus cooperados, visualizando oferecer empréstimos com recursos próprios para obter melhor taxas de juros, o financiamento da produção é um dos objetivos da cooperativa, que auxilia seus associados na obtenção de renda e desenvolvimento de sua propriedade. Creditag (2011)

5. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Os resultados obtidos através da pesquisa de campo serviram de base para a tabulação dos dados e posterior análise da situação financeira e do desenvolvimento produtivo de 7 (sete) dos 10 (dez) agricultores familiares cooperados no sistema CREDITAG na cidade de Ministro Andreazza\RO que obtiveram empréstimos voltados para o custeio rural.

Dentro dessas sete propriedades foram identificados 23 pessoas que possuem algum grau de parentesco com os produtores entrevistados, dos quais dependem diretamente da produção da propriedade. Além desses beneficiados, tem-se também as pessoas que são beneficiadas indiretamente através do crescimento do setor, as lojas de produtos agrícolas, lojas de consumo pessoal em geral, prefeitura, estado e até mesmo a união, pois um bom desempenho da agricultura familiar evita o êxodo rural.

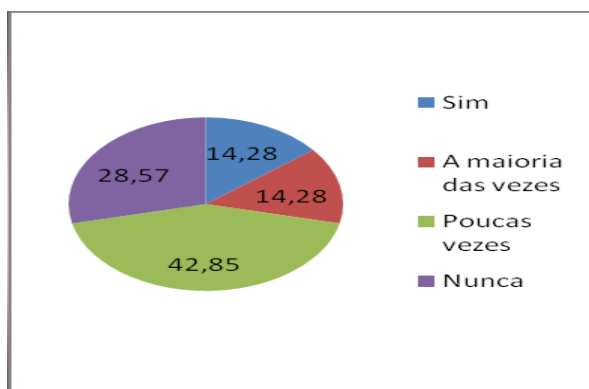
Sendo o objetivo do artigo relacionar o Sistema CREDITAG/RO como proposta de alternativa na melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor da agricultura familiar; Estabelecer comparativo entre as vantagens e/ou facilidades no acesso ao crédito, nas taxas de juros e no parcelamento pelo Sistema CREDITAG. Nessa análise, evidenciam-se também os ramos de atividades desenvolvidos em cada propriedade.

Com os dados obtidos na pesquisa, observa-se que apenas 28,57 % dos produtores têm somente um tipo de atividade rural (monocultura) em sua propriedade, os 71,43% tem mais que duas atividades, utilizando ao Máximo sua área de terra e fazendo uma complementação de renda em períodos diferentes de produção.

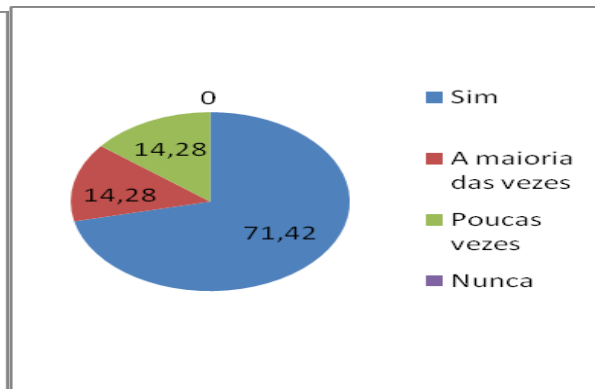
Se tratando do grau de satisfação das necessidades dos produtores, em relação à tomada crédito pelas instituições financeiras fez-se um comparativo entre os principais bancos e a (CREDITAG), como mostra a figura a seguir:

Figura 3. Satisfação de atendimento as necessidade financeiras, relativo à produção dos pequenos produtores rurais, comparação entre bancos e a cooperativa CREDITAG.

BANCOS



CREDITAG

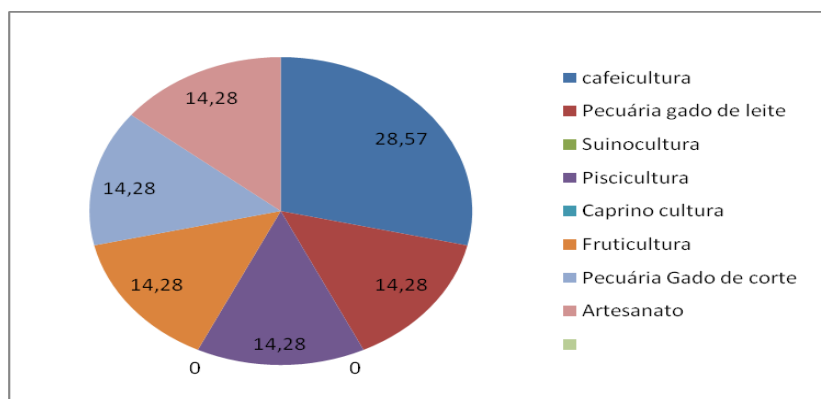


Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Ao analisar os dados obtidos, nota-se uma grande satisfação dos produtores com as linhas de crédito oferecidas pela CREDITAG percebe-se também, que outras instituições financeiras conseguem atender os produtores, mas não a maioria de suas necessidades, esbarrando muitas vezes na burocracia para o fornecimento do crédito.

Já a figura 4 esclarece que a produção da agricultura familiar de certa forma é bem frágil, se tratando de estruturação, nota-se que em atividades que necessita muita estrutura e não tem um mercado amplo, como caprino cultura, piscicultura, são pouco praticadas, pois os agricultores não tem renda suficiente para custear a produção, por isso eles as utilizam como atividade secundária, então obtém empréstimo somente para fazer pequenos reparos em sua produção. Já no ramo de atividade da cafeicultura, os produtores buscam mais recursos, devido ser sua atividade principal e ter mais aceitação no mercado de produção, fazendo com que a mercadoria seja consumida de forma com que os produtos sempre recebam investimentos, para obter o Máximo de rentabilidade nas próximas produções.

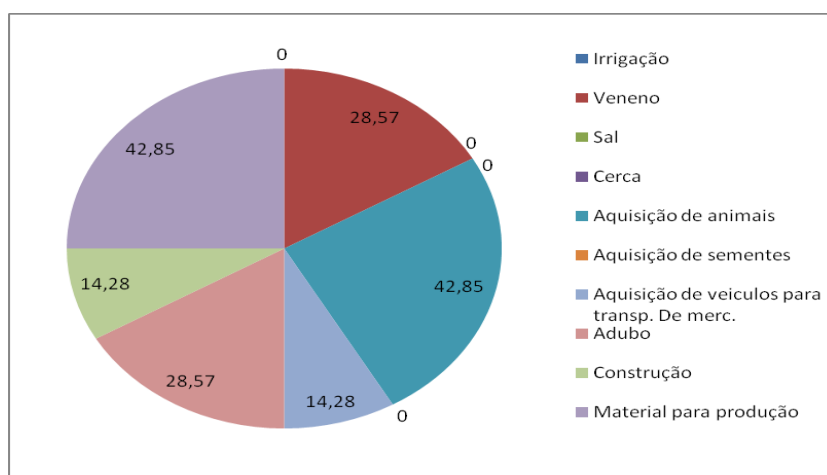
Figura 4. Ramo de atividade que a cooperativa mais financia recurso.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Ao analisar a figura acima, nota-se a real necessidade de ter linhas de empréstimo própria para a atividade rural, porém seria de grande valia se juntamente com o recurso oferecido houvesse um meio de ensinar o produtor rural a gerenciar e explorar outros ramos de atividade em sua propriedade, de forma a reduzir os custos e também, auxilia-los na venda de sua produção, para que as linhas de crédito consigam realmente fazer com que os pequenos agricultores se equilibrem financeiramente e que não haja riscos de perda de produção devido “não ter para quem vender”, essa é a grande preocupação dos produtores ao desenvolver atividades diferentes em suas propriedades.

Figura 5. Finalidade da utilização do recurso pelos agricultores familiares.

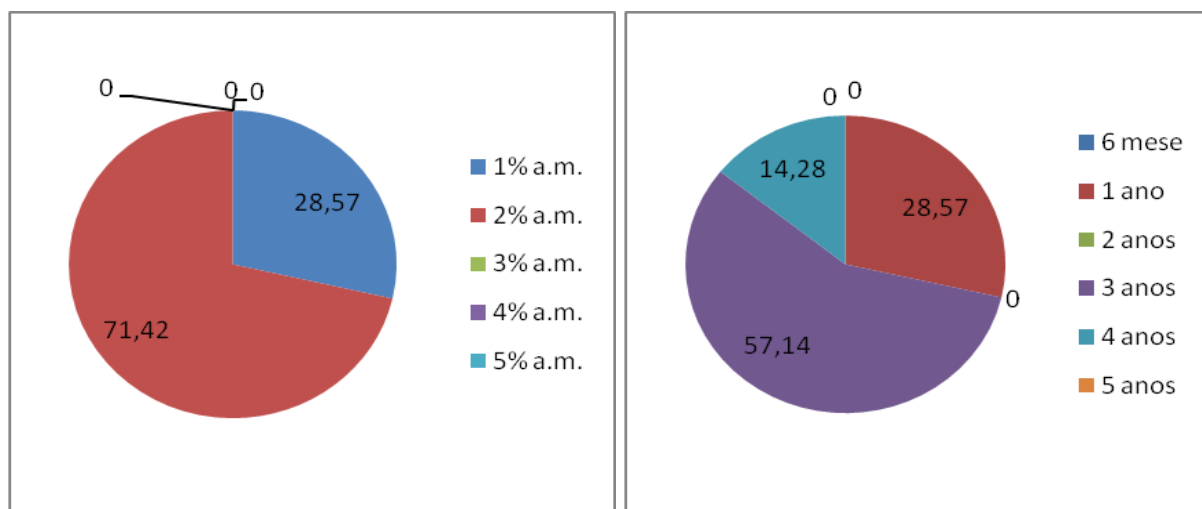


Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Ao extrair os dados da figura acima, verifica-se que a aquisição de animais tanto gado leiteiro, como gado de corte e também peixes, estão entre os maiores investimentos dos produtores, a ponto de se equiparar com aquisição de materiais para produção, que é tudo aquilo utilizado para o desenvolvimento na produção agrícola, assim como recadeiras, tratores e até mesmo mão-de-obra. Já o adubo e o veneno também recebem muito investimento, devido grande parte do recurso oferecido pela CREDITAG estarem sendo utilizado na produção do café. Os outros investimentos como construção e veículos, são menos utilizados, por serem investimentos de valor mais elevado e também pela cooperativa estar buscando levar recursos mais voltados diretamente para a produção.

A figura abaixo evidencia os juros e o prazo de pagamento praticado pela CREDITAG na tomada do crédito voltado para os agricultores familiares.

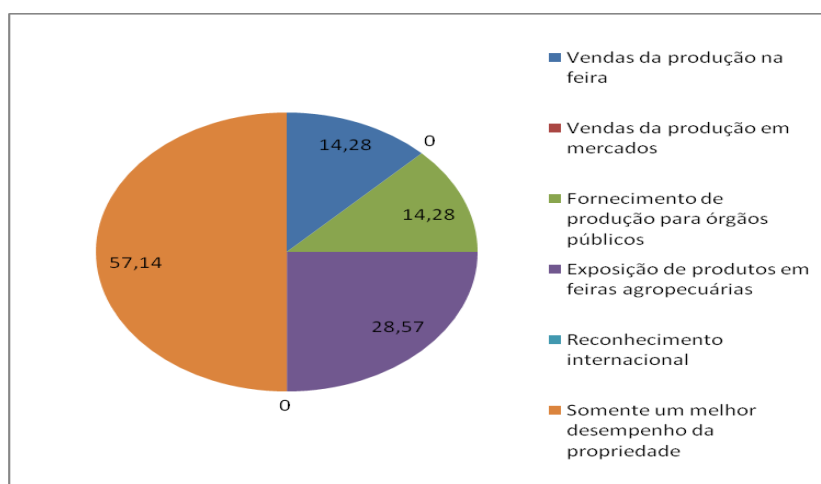
Figura 6. Juros praticados na CREDITAG e período de pagamento do empréstimo.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Os produtores rurais ao adquirirem empréstimos na CREDITAG conseguem recursos imediatos com taxas de juros de 1 a 2 % a.m. e um prazo de pagamento até 4 anos, se comparando com os bancos tradicionais utilizando a carteira própria, essa taxa de juro varia de 3 a 4% a.m. Sendo linha do governo, a taxa reduz, porém, além da excessiva burocracia para liberação de crédito aos agricultores, o prazo de obter o dinheiro pode chegar até três meses, fazendo com que não fique muito viável esse tipo de empréstimo se houver a necessidade de um investimento imediato na produção.

Figura 7. Reconhecimento e influencia no mercado após a tomada de crédito.

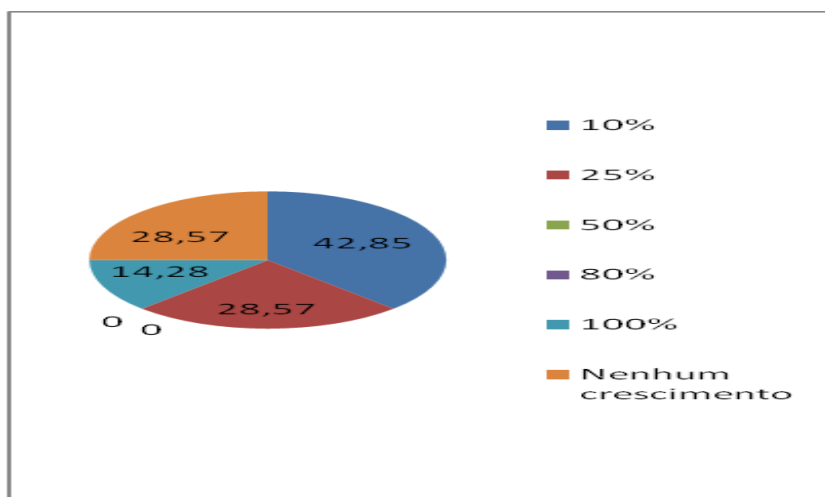


Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Se tratando de reconhecimento no mercado, alguns produtores conquistaram a oportunidade de expor sua mercadoria em feiras agropecuárias, após a aquisição do empréstimo, conseguindo assim conquistar mais clientes, e conseqüentemente aumentando

suas vendas, já outros, tiveram uma produtividade de excelente qualidade, a qual os levou a ganhar licitação para fornecer sua produção a órgão público na cidade, teve também um produtor que trabalha no ramo de bordado que conquistou reconhecimento internacional, vende seus produtos para o Estados Unidos e para a Alemanha, tudo após ter pego o financiamento para construção de seu ateliê, um espaço reservado somente para confecção de peças para exportação. Porém com todos esses benefícios, mais de 50% dos produtores tiveram somente um melhor desempenho da propriedade, conforme relatos, de alguns produtores se não tivessem acesso ao crédito, teriam perdido completamente sua produção, ou seja, não tiveram aumento significativo mas através do crédito conseguiram salvar a produção.

Figura 8. Crescimento da produção depois da tomada de crédito.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Analisando o crescimento da produção, após a tomada de crédito, nota-se que a maioria dos produtores rurais teve um bom desempenho da produção, atribuindo esse desempenho a forma de empregar o recurso, pois os agricultores que não tiveram nenhum crescimento foi devido ter adquirido o empréstimo com a finalidade de salvar sua produção, embora não teve crescimento seu objetivo foi atingido, pois houve estabilidade em sua produção. Já os agricultores que tiveram uma margem de retorno atribuem o desempenho ao reconhecimento adquiridos através das feiras agropecuárias e do aumento da qualidade de seus produtos, e também a utilização do recurso para a produção na forma que já havia sido planejado, pois se acredita que ao desviar o dinheiro para outra finalidade não consegue ter um retorno desejado dentro da produção.

Após a tomada de crédito foi evidenciado um importante aumento na produção, acarretando em aumento nas vendas e no fluxo de dinheiro, por isso mais de 70% desses produtores viram à necessidade de administrar melhor sua propriedade e seus recursos, de maneira a aprenderem um pouco de contabilidade básica através do método das partidas dobradas e a fazerem cursos de capacitação na gestão rural, assim como incentivar seus filhos a estudarem agronomia ou veterinária, para auxiliá-los nas propriedades. Tem também produtores fazendo curso de informática para aperfeiçoar suas vendas e seus controles de estoque, produção e recursos.

Ao analisar a pesquisa desenvolvida, através da amostra, os créditos oferecidos a pequenos proprietários de terras rurais na região de Cacoal e Ministro Andreazza, são de certa forma satisfatória, porém quanto menor a propriedade maior a burocracia para obtenção do crédito, a CREDITAG por ser uma cooperativa administrada pelos próprios agricultores vem facilitando a inclusão desses pequenos agricultores na tomada de crédito, porém a cooperativa ainda é muito nova no estado, e seus recursos ainda são limitados, mas seu potencial de crescimento é muito grande, pois o desenvolvimento dos agricultores associados é visível e de grande valia para a agricultura familiar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa se deu em estudar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural, bem como o impacto do microcrédito voltado a agricultura familiar, tendo como base uma pesquisa de campo no sistema CREDITAG.

Pela contribuição do referencial teórico, o microcrédito visa auxiliar pequenos agricultores rurais a se desenvolver ao analisar os dados da pesquisa bibliográfica e comparar com a pesquisa de campo, nota-se que realmente o microcrédito cumpre um importante papel dentro da agricultura familiar, para os agricultores que buscam recurso e realmente utilizam o recurso para tal objetivo, em consequência disso a rentabilidade e seu crescimento são visíveis. O governo, juntamente com seus parceiros privados já oferecem linhas de crédito próprio para a agricultura familiar do qual fica bem acessível o recurso, porém a fiscalização na aplicação desse recurso ainda é muito falha, fazendo com que dificulte mais o acesso a esses créditos. A CREDITAG assume um importante papel dentro do estado de Rondônia, pois ela embora seja nova no estado, esta levando recurso com menos burocracia, e consegue ter um controle melhor do emprego desse recurso na propriedade rural.

No estado de Rondônia, uma das grandes dificuldades encontradas pelos agricultores familiares é a venda de seus produtos, pois sua produção é pequena e o comércio necessita de maiores quantidades de produto para distribuição. Notou-se a importância de um trabalho aprofundado para obtenção de um meio a negociar esses produtos com o mercado e a necessidade de uma equipe de contadores, administradores, economistas, advogados, técnicos agrários e veterinários dispostos a auxiliar esses pequenos produtores em seu crescimento, avaliando o mercado, a terra e a produção. Pois o trabalho que a CREDITAG desenvolve auxilia o produtor, na toma de crédito, mas falta certo gerenciamento da propriedade para um grande desenvolvimento do setor, ao levantar essas informações, espera-se que haja alguma preocupação por parte governamental e até mesmo social a ponto de auxiliarem esses produtores, levando cursos de aperfeiçoamento, e oferecendo ajuda técnica, pois a toma de crédito é importante, mais não atende todas as suas necessidades para seu desenvolvimento .

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO JR, Massilon. **Fundamentos de Agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 2002.

BARONE, Francisco Marcelo; ZOUAIN Deborah Moraes. **O papel do Estado como formulador e indutor de uma política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social**. Madrid: IX CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2004.

BITTENCOURT, Gilson: O papel do governo no desenvolvimento das microfinanças no Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br/?DCPART5>. Acesso em 01 de abril de 2010

BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil.../Lei/L11326.htm>. Acesso em 08 Maio de 2010.

CONCEIÇÃO, Jorge Henrique Muniz da. **Microcrédito como ferramenta de geração de renda e emprego: uma análise de experiências públicas municipais**. Rio de Janeiro: EBAPE-FGV, 2005.

CONTAG, Projeto Organização da Produção – Caderno n. 3- Cooperativa de crédito, 2003.

CREDITAG. **Cooperativa de crédito rural da agricultura familiar e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais**. Disponível em: <cirandas.net/creditag/galeria/slide-creditag-1-.ppt>. Acesso em: 21 de dezembro de 2010.

CREDITAG-BASE/RO. **Cooperativismo de economia solidária: a agricultura familiar em desenvolvimento**, folder, 2009.

CREDITAG- **Cooperativa de credito rural da agricultura familiar e economia solidaria**, Folder, 2009

CREDITAG- **Cooperativa de credito rural da agricultura familiar dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais**, folder, 2011.

FERRAZ , Osni Giani et al. **Microcrédito rural**: Análise sobre a modalidade do PRONAF B. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/9/725.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2010

FRANÇA, Caio Galvão de et al. O senso agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Disponível em: <mineiro13666.com.br/media/uploads/publications/arq4b10179787f8b.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

FURTADO, Rogério. **A Fé no Espírito Santo. A Amazônia é nossa**. Globo, São Paulo, ano19, n° 228, p. 64, outubro. 2004.

GUILHOTO, Joaquim J.M, et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. Disponível em: <www.usp.br/feaecon/media/livros/file_459.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2010.

JUNKES, Maria Bernadete; SANTOS, Maria Lindomar dos. **Primeiros passos da metodologia científica na graduação** – Rolim de mouro/RO: editora D' press Editora & Gráfica LTDA-ME, 2008.

LAUSCHNER, Roque: Cooperativismo e Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.unicafes.org.br/publicacoes.php>>. Acesso em: 12 julho de 2010

MDA. **Plano safra da agricultura familiar**. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/publicacoes/download_orig_file?pageflip>. Acesso em: 21/10/2011

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. A agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006. Disponível em: <portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/.../censo_2006.pdf>. Acesso em 08 de Maio de 2010.

NETO, Mario Prestes Monzoni. **Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo**. São Paulo: Tese (doutorado) Orientador: Ciro Biderman. - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2006.

OLALDE, Alicia Rui, Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <[HTTP://www.ceplac.gov.br/radar/artigos/artigo3.htm](http://www.ceplac.gov.br/radar/artigos/artigo3.htm)>. Acesso em: 19 de maio de 2010.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito**: História da evolução normativa no Brasil. 6. Ed. Brasília. 2008.

PORTUGAL, Alberto Duque: Agricultura Familiar. Disponível em: <[HTTP://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002.2004-12-07.2590963189/](http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002.2004-12-07.2590963189/)>. Acesso em: 08 de maio de 2010.

PRONAF. Evolução histórica do PRONAF. Disponível em:
<<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286>>. Acesso em: 15 Dezembro de 2010.

SEAB. **Estrutura de políticas públicas para desenvolvimento social de pequenos agricultores.** Disponível em:

<http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/palestras/politicas_agric_familiar.pdf>. Acesso em: 20/10/2011

SEBRAE. Microfinanças. Disponível em:

<http://www.sebraemg.com.br/Geral/VisualizadorConteudo.aspx?cod_conteudo=4190&cod_areasuperior=31&cod_areaconteudo=317&cod_pasta=1425&navegacao=PARA_SUA_EMPRESA/Servi%C3%A7os_Financeiros/Microfinan%C3%A7as?cod_areaconteudo=74&cod_pastaconteudo=74>. Acesso em: 20 de março de 2010.

SOARES , Marden Marques; Sobrinho, Abelardo Duarte de Melo. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito** – Brasília, BCB, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** 2. ed. São Paulo, Atlas, 1995.

TENORIO, Roberto. BRASIL JOVEM. **Mudança do perfil demográfico brasileiro e aumento da população jovem colocam em evidência as políticas públicas voltadas para a juventude.** Ipea, São Paulo, ano7, nº60, p. 59-60, abril/maio.2010.

TONETO JR. Rudnei; GREMAUD, Amaury Patrick. **Microcrédito e o financiamento rural:** Recomendações de desenho e gestão a partir da experiência mundial. Disponível em:

<www.ipea.gov.br/ppp/index.php/ppp/article/view/63>. Acesso em: 02 de dezembro de 2010.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO
<p>Este questionário tem como objetivo aplicação prática de entrevista realizada aos sócios da Cooperativa de credito CREDITAG no município de Cacoal/RO, com propósito de levantamento de dados para Artigo de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Cacoal.</p>
<p>1. Data do preenchimento do questionário ____/ ____/ ____</p>
<p>2. Data de associação a cooperativa ____/____/____</p>
<p>3. Nome do associado _____</p>
<p>4. Quantos módulos fiscais têm a propriedade?</p> <p>() Menos que 1</p> <p>() 1</p> <p>() 2</p> <p>() 3</p> <p>() 4</p> <p>() Outros _____</p>
<p>5. Quantos hectares tem a propriedade?</p> <p>() 60ha</p> <p>() 120ha</p> <p>() 180ha</p> <p>() 240ha</p>
<p>6. Endereço residencial _____</p>
<p>7. Cidade</p> <p>() Cacoal</p> <p>() Ministro Andreazza</p> <p>() Rondônia</p>
<p>8. Ramo de atividade desenvolvida na propriedade.</p> <p>() cafeicultura</p> <p>() Pecuária gado de leite</p> <p>() Suinocultura</p> <p>() Piscicultura</p>

<p>() Caprino cultura () Fruticultura () Pecuária Gado de corte () Artesanato () Outros_____</p>
<p>9. Qual o valor do capital social integralizado?</p> <p>() R\$ 100,00 () R\$ 200,00 () R\$ 300,00 () R\$ 400,00 () Outro valor_____</p>
<p>10. Utiliza recurso da cooperativa?</p> <p>() Sim () Não () Já utilizei</p> <p>11. Qual o tipo de recurso utilizado?</p> <p>() Pecuária gado de leite () Suinocultura () Piscicultura () Caprino cultura () Fruticultura () Pecuária Gado de corte () Outros_____</p>
<p>12. De que forma foi utilizado o recurso obtido através da cooperativa?</p> <p>() Irrigação () Veneno () Sal () cerca () Aquisição de animais () Aquisição de sementes () Aquisição de veículo para transporte de mercadoria. () Outros_____</p>
<p>13. Quantas pessoas da família são beneficiadas diretamente com sua atividade?</p> <p>() 1 A 2 () 3 A 4 () 5 A 6 () Outros_____</p>

14. A cooperativa consegue atender melhor as necessidades do associado que os bancos atendem seus clientes?

- () Sim
() Não

15. Ao analisar sua produção, antes e depois da tomada de crédito, poderia dizer em média qual o crescimento da sua produção?

- () 10%
() 25%
() 50%
() 80%
() 100%
() 200%

16. Antes do surgimento da CREDITAG a obtenção de recursos era de fácil acesso?

- () Sim
() Não,

Se sim qual a instituição financeira?

- () BASA
() Banco do Brasil
() Bradesco
() Caixa Econômica
() Itaú
() Outros_____

E qual o juro aplicado sobre o empréstimo?

- () 1% a.m
() 2% a.m
() 3% a.m
() 4% a.m
() Outros_____

Se não, por quê?

- () Pouca terra
() Renda baixa
() Falta de garantia real
() Não tinha interesse devido o juro ser muito alto.
() Outros_____

17. Qual o juro do recurso adquirido na CREDITAG?

- ☐ 1% a.m
- ☐ 2% a.m
- ☐ 3% a.m
- ☐ 4% a.m
- ☐ Outros _____

18. Qual o período de pagamento?

- ☐ 06 meses
- ☐ 1 ano
- ☐ 2 anos
- ☐ 3 anos
- ☐ 4 anos
- ☐ 5 anos
- ☐ outros

19. Ao obter empréstimos em bancos ou cooperativas para financiar a produção, é visível o lucro que o desenvolvimento da produção trouxe após o pagamento do empréstimo?

A) Dentro das Cooperativas

- ☐ Muito
- ☐ Médio
- ☐ Pouco
- ☐ Nada

B) Dentro de Bancos

- ☐ Muito
- ☐ Médio
- ☐ Pouco
- ☐ Nada

20. Os planos governamentais conseguem atender de maneira satisfatória todas as suas necessidades quando busca recursos para desenvolvimento de suas atividades?

- ☐ Sim
- ☐ A maioria das vezes
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Nunca

21. Os créditos oferecidos pela CREDITAG conseguem atender de maneira satisfatória todas as suas necessidades quando busca recursos para desenvolvimento de suas atividades?

- ☐ Sim
- ☐ A maioria das vezes
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Nunca

22. Após a tomada de crédito na CREDITAG e durante a aplicação do recurso na propriedade, você percebeu a necessidade aprender administrar melhor sua atividade?

() Sim

() Não

Como_____

23. Qual foi a influencia no mercado, que obteve com o fortalecimento de sua atividade devido à tomada de crédito?

() Vendas da produção na feira

() Vendas da produção em mercados

() Fornecimento de produção para órgãos públicos

() Exposição de produtos em feiras agropecuárias

() Reconhecimento internacional

() Outros_____